



# Um novo olhar para os novos tempos

Reconhecendo as ameaças cada vez maiores à saúde pública global, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** anunciou os temas Urbanização e Mudança Climática como os maiores desafios de saúde neste século. A preocupação de que o ambiente urbano seja visto como espaço sustentável e saudável é conspícua e desejável. Provoações para os novos tempos.

Os desequilíbrios ambientais atingem a saúde humana. A poluição atmosférica e as mudanças significativas no clima indicam que a maioria das suas consequências será experimentada no cenário urbano. Paradoxalmente, um aspecto da relação entre cidade e meio ambiente raramente abordado é a qualidade de vida do homem.

A OMS anunciou, neste ano, a perda precoce de cerca **7 milhões** de vidas no mundo pela poluição do ar em 2012 (**3,6 milhões** devido à poluição do ar externa e **3,4 milhões**, à intradomiciliar). Isso significa que uma em cada oito mortes no mundo está relacionada à exposição ao ar contaminado. Os dados são alarmantes e ultrapassam estimativas anteriores.

Em 2014, a poluição do ar tornou-se a principal causa de morte por complicações cardiorrespiratórias relacionadas ao meio ambiente. O ar passa a ser líder ambiental para riscos em saúde, ultrapassando a água insalubre e doenças infecciosas como a malária, o que pede medidas emergenciais de controle efetivo desse mal.

A poluição do ar está associada à redução da expectativa de vida, maior risco de infarto do coração, pneumonia, bronquite crônica, asma e câncer do pulmão.

“Os desequilíbrios ambientais atingem a saúde humana. Uma em cada oito mortes no mundo está relacionada à exposição ao ar contaminado, que passa a ser líder ambiental para riscos em saúde, ultrapassando a água insalubre e doenças infecciosas como a malária.”

É surpreendente o anúncio da **Agência Internacional de Pesquisas sobre o Câncer**, em 2013, sobre a classificação do ar

contaminado como agente carcinogênico, ou seja, o ar poluído passa a ser o líder ambiental também para o desenvolvimento de câncer.

A contaminação do ar dentro dos domicílios é a quarta causa de mortalidade em crianças em países em desenvolvimento; à frente, estão desnutrição, sexo inseguro e falta de água potável. Quase metade das mortes por pneumonia em crianças menores de cinco anos de idade é decorrente da inalação de poluentes intradomiciliares. As mulheres e as crianças são a população mais afetada, pois passam mais tempo em seus lares — mulheres expostas, por exemplo, são três vezes mais propensas a desenvolver a bronquite crônica. Cerca de **3 bilhões** de pessoas cozinham e aquecem suas casas com fogões à lenha no mundo, e o nível de poluentes pode atingir níveis até **100 vezes** maiores do que o aceitável.

No Brasil, a situação também é alarmante. De acordo com pesquisas divulgadas pelo **Instituto Saúde e Sustentabilidade**, até 2030, podem ocorrer no estado de São Paulo **250 mil** óbitos, **1 milhão** de internações, com um gasto público estimado em mais de **R\$ 1,5 bilhão**, devido à poluição do ar externa.

O mais recente relatório do **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)**, *Mudanças Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade*, detalha os impactos e os riscos futuros das mudanças climáticas, além de apontar oportunidade para medidas eficazes de solução. Até 2050, estima-se que haverá

um bilhão de refugiados ambientais e possíveis conflitos decorrentes de temperaturas extremas, seca, escassez de água e alimentos, catástrofes ambientais, aumento do nível do mar e doenças infecciosas.

De acordo com o relatório, entre 2000 e 2010, **80%** das emissões de gases de efeito estufa (GEE) foram provenientes da queima de combustíveis fósseis, principalmente da geração de energia e indústria. Os veículos são responsáveis por **90%** da emissão de poluentes em São Paulo. Até 2050, o setor de energia deve emitir o dobro ou, talvez, o triplo da quantidade de GEE em comparação a 2010. Por isso, “descarbonizar” a geração de eletricidade é um componente-chave para o funcionamento das estratégias de redução de emissões, diversificando modais, investindo em coletivos — trens e ônibus, por exemplo — e incentivando o desenvolvimento de combustíveis menos poluentes.

Como visto, é necessário que a sociedade encare com seriedade e de forma permanente os riscos das mudanças climáticas globais. A prevenção das doenças pede um novo enfoque — o da construção de uma economia de baixo carbono — e induz a modificações de nossos hábitos.

Assim, as principais Academias de Ciência no mundo recomendaram, em 2010, medidas práticas de redução de emissão de GEE nas cidades que promovessem cobenefícios em saúde imediatos e perceptíveis localmente, ao contrário dos benefícios ambientais que são pouco palpáveis, especialmente em um curto período de tempo. O intuito foi chamar a

atenção para a saúde do homem nas cidades e estimular os governantes a adotar políticas que considerem o tema.

As medidas propositivas relacionam-se principalmente às áreas de transporte, energia doméstica e consumo de carne nas cidades: **1)** redução do uso do

“Até 2030, podem ocorrer no estado de São Paulo 250 mil óbitos, 1 milhão de internações, com um gasto público estimado em mais de R\$ 1,5 bilhão, devido à poluição do ar externa.”

transporte individual — motocicleta ou automóvel privado; **2)** aumento do transporte ativo — caminhada e ciclismo; **3)** diminuição da poluição dentro das casas pela queima de biomassa; **4)** geração de eletricidade a partir de fontes renováveis ou de baixo carbono em vez de combustíveis fósseis; e **5)** redução do consumo de produtos de origem animal em centros urbanos (a atividade pecuária é uma importante fonte de emissão de GEE).

O esclarecimento e sensibilização da população sobre as consequências adversas à saúde decorrentes da urbanização e mudanças climáticas fazem-se necessários — sobretudo, hoje — para evitar que o maior impacto possa ocorrer nas gerações futuras. É importante informar que medidas como caminhar, andar de bicicleta, reduzir a ingestão de grandes quantidades de carne e alimentos industrializados podem diminuir a emissão de GEE e poluentes e reduzir o risco de doenças cardiovasculares, diabetes, osteoporose, obesidade, demência e câncer, além de promover benefícios imediatos e significativos à saúde daqueles que as adotam.

Embora sejam os médicos que diagnosticam as doenças e estejam diante da perda precoce de vidas, não serão eles que prevenirão o problema; a salvaguarda da saúde da população está na mão dos governantes. Mais de **84%** da população brasileira vivem em cidades. Usar a sustentabilidade a favor da promoção da saúde dos que habitam os centros urbanos é eminente.

Aos governantes cabe a responsabilidade, a tarefa e a missão para agir, com ética e coragem, em defesa do desenvolvimento sustentável e da saúde. Aos cidadãos, visitar seus valores e hábitos de consumo em nome da coletividade, um novo olhar para os novos tempos. ■

---

Evangelina Vormittag, médica, doutora em Patologia pela Faculdade de Medicina da USP e diretora executiva do Instituto Saúde e Sustentabilidade.